

TECNOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Liliane Cristine Schlemer Alcântara

Administradora. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional/PPGDR/FURB com *sandwich* em Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (HUHEZI) na Mondragon Unibertsitatea (MU) - (Espanha). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Públicas (NPP). Bolsista do CAPES - Processo N. 381/2014-04. Pesquisadora CNPq: chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N. 43/2013. Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Email: lilianecsa@yahoo.com.br

Shimene Feuser

Engenheira florestal. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional/PPGDR/FURB. Pesquisadora de Núcleo de Pesquisas Públicas (NPP).

Email: shimenef@yahoo.com.br

Flávia Keller Alves

Mestre em Administração/FURB. Coordenadoria de Planejamento - COPLAN Universidade Regional de Blumenau – FURB

E.mail: flavia@furb.br

Filipe Batisti

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB

Email: felipebatisti@gmail.com

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB e (PPG) em Gestão Urbana/PUCPR. Pesquisador CNPq e Fulbright-Capes Visiting Scholar. Visitante do PPG em Desenvolvimento à Escala Humana e Economia Ecológica/UACH. Pesquisador CNPq. Coordenador Adjunto da Área em Ciências Ambientais/CAPES.

Email: carlos.cioce@gmail.com

Introdução

No atual contexto de crise ecológica e socioeconômica, na busca de um novo equilíbrio entre estas dimensões é que se têm buscado novas formas de produção, comercialização e consumo que atenda aos preceitos de um desenvolvimento à escala humana, na qual se privilegia a sustentabilidade territorial.

Neste sentido, a economia solidária se converteu nos últimos anos em um dos temas principais deste debate. Sua prática está repleta de iniciativas ecossocioeconômicas e de

tecnologias sociais no âmbito da produção, comercialização e consumo, protagonizados por iniciativas populares de autogestão no intuito de dar respostas a suas próprias necessidades.

Para Singer (2002), o principal desafio para estes empreendimentos solidários é a diversidade e a melhor forma de resolver esta questão está no trabalho conjunto e na autogestão, o que possibilitaria superar os problemas de crédito, comercialização e até mesmo de produção. Desta forma, o combate à pobreza requer um enfoque comunitário, como processo contínuo do desenvolvimento à escala humana, privilegiando o enfoque solidário e comunitário territorial.

Neste sentido desenvolveu-se um estudo de caso conduzido de 2006 a 2014 a partir de um arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL. Com) no território do Rio Sagrado (Morretes), litoral do Paraná. A metodologia utilizada enquadra-se como pesquisa qualitativa e estudo de caso. Objetiva-se, neste sentido, dialogar entre o binômio da economia solidária e tecnologia social, a partir de um caso concreto, relacionando a teoria com a prática a fim de explicar o desafio de desenvolvimento à escala humana.

Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento esteve sempre vinculado e até confundido com crescimento econômico. Milanez (2003), com base do pensamento neoliberal, ressalta que esta visão parte do falso pressuposto de que seria possível uma economia crescer indefinidamente e que a ciência e a tecnologia poderiam ter soluções para as consequências causadas por esta lógica. Franco (2000) afirma que atualmente, o desenvolvimento tem muitas dimensões, além das mais conhecidas: econômica, social, ambiental, como também, cultural, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Em seu conjunto estas dimensões tanto determinam como condicionam o desenvolvimento.

Neste contexto, a importância dos recursos naturais¹ para a qualidade de vida humana deve ser ressaltada, tal como apregoa o enfoque do desenvolvimento territorial sustentável. O termo desenvolvimento sustentável, de acordo com Milanez (2003) surgiu nos anos 80 como reação ao agravamento da situação ambiental planetária, consequência da racionalidade econômica predominante na qual se reduz a natureza como mero recurso. Franco (2000) afirma que o conceito mais aceito e utilizado de desenvolvimento sustentável diz respeito ao

¹ Os recursos naturais são os bens existentes na natureza aproveitáveis pelo homem, como as plantas, os animais, as águas interiores, superficiais e subterrâneas; os estuários, o mar; o solo e o subsolo; o carvão vegetal e mineral; o ouro, o ferro, o calcário; o petróleo e outros elementos existentes na natureza (BRITO e CÂMARA, 1998, p.28).

direito que as gerações futuras possuem em garantir o desenvolvimento, tais como a geração atual, como sugere o Relatório Brundtland², publicado em 1988, sob o título Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1988, p.46). Este relatório, de acordo com Sampaio (2002), argumenta sobre a importância de considerar o território como reflexo e possibilidade de compreender dinâmicas ecosocioeconômicas globais.

Na concepção de Coriolano (2000), tem-se como base essencial na promoção do desenvolvimento, referindo-se a dimensão social, o respeito e proteção aos direitos humanos. Neste sentido, reconhece por sociedade humanizada como aquela que garante o necessário à vida digna de todos os cidadãos, com acesso a serviços básicos de Estado, para que a mesma possa ser construída a partir de bases confiáveis de uma vida social e sustentável.

Sachs (1995) afirma que todo desenvolvimento digno deste nome deve ter como objetivo acima de tudo a justiça social, conciliando a dinâmica dos ecossistemas com sistema econômico eficiente, eficaz e efetivo. A esse respeito, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) aponta diretrizes para a promoção do desenvolvimento à escala humana.

Desenvolvimento à Escala Humana

Para que possa se viabilizar o desenvolvimento e a produção de riquezas, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) é necessário que haja circulação equitativa da riqueza, a fim de promover a qualidade de vida a todos os segmentos da sociedade (COROLIANO, 2000). A autora alega que o desenvolvimento só se dá quando o crescimento econômico beneficia a todas as pessoas, ou seja, tenha um alcance à escala humana. Neste pressuposto, Max-Neef (2012, p.17) afirma que o desenvolvimento à escala humana:

[...] é uma proposta de desenvolvimento que se concentra e sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na construção de relações entre seres humanos com a natureza e a tecnologia, na interação de processos globais com comportamentos locais e da sociedade civil com o estado.

No desenvolvimento baseado na satisfação das necessidades humanas, as pessoas possuem escolhas, denominados de *satisfatores*, que podem ter cunho mais individual ou coletivo. Os *satisfatores*, segundo Max-Neef (2012), possuem quatro dimensões existenciais: Ser, Ter, Fazer e Estar. O quadro 1 indica que os *satisfatores* podem ser organizados em uma matriz, classificando as necessidades existenciais, conforme descrito anteriormente e

² Gro Harlem Brundtland é o nome da presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD que, em 1988, publicou o Relatório Nosso Futuro Comum.

cruzando com necessidades axiológicas, classificada por Subsistência, Proteção, Afeto, Entendimento, Participação, Ociosidade, Criação, Identidade e Liberdade

Quadro 1: Matriz de necessidades básicas humanas

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Saúde Física Saúde mental Equilíbrio Solidariedade Senso de Humor Adaptabilidade	Alimento Abrigo Trabalho	Alimentar Procriar Descansar Trabalhar	Meio Ambiente Meio Social
Proteção	Cuidado Adaptabilidade Autonomia Equilíbrio Solidariedade	Sistema de seguro Poupança Seguro Social Sistema de Saúde Família Direitos	Cooperar Prevenir Planejar Cuidar Curar Defender	Espaço onde se mora Ambiente Social Habitação
Afeto	Autoestima Solidariedade Respeito Tolerância Generosidade Receptividade Paixão Determinação Sensualidade	Legislação Amizades Família Parcerias Animais domésticos Plantas, jardins	Fazer amor Acariciar Expressar emoções Compartilhar Cuidar Cultivar	Privacidade Intimidade Lar Espaço de Encontro
Entendimento	Consciência crítica Receptividade Curiosidade Espanto Disciplina Racionalidade	Literatura Professores Métodos Políticas Educativas Políticas de Comunicação	Investigar Estudar Educar Experimentar Meditar	Escolas Universidades Comunidades Grupos Família
Participação	Dedicação Responsabilidade Escolha Decisão	Direitos Responsabilidades Privilégios Trabalho	Cooperar Sugerir Opinar Discordar Compartilhar	Relações participativas Associações Igrejas Partidos Comunidades
Ociosidade	Curiosidade Senso de humor Imaginação Ousadia Imaginação	Jogos Shows Clubes Festas Paz de espírito	Abstrair Sonhar Fantasiar Divertir Relaxar	Espaços de convivência Recreação Privacidade
Criação	Intuição Imaginação Criatividade Coragem Curiosidade	Habilidades Ofício Método Trabalho	Trabalhar Inventar Construir Desenhar Compor Interpretar	Grupo Cultural Seminários Espaços para expressão
Identidade	Sentimento de pertencer Diferenciação	Símbolos Linguagem Hábitos	Realização Comprometimento Integração	Vida cotidiana Pertencimento Amadurecimento

	Autoestima Afirmação	Grupos de referencia Valores	Autoconhecimento	
Liberdade	Autonomia Autoestima Determinação Afirmação Rebeldia	Igualdade de direitos	Discordar Escolher Ser diferente Riscos Comprometer	Plasticidade Espaço-tempo

Fonte: Max-Neef (2012, p.41-42)

A Matriz de necessidades básicas humanas se aplica para fins de diagnóstico, planejamento e avaliação de grupos, por meio de um processo dialógico interativo, por meio do qual se identificam realidade atual, potencialidade e carência. A partir da matriz, pode-se identificar e elencar os *satisfatores* das necessidades identificadas.

Os *satisfatores* podem ser violadores ou destrutores, isto é, que não somente aniquilam a possibilidade de satisfazer a necessidade imediatamente, como também impossibilitam a satisfação de outras necessidades; pseudossatisfatores que estimulam uma falsa sensação de satisfação de uma necessidade; inibidores pelo modo que satisfazem uma necessidade e inibem a satisfação de outras; singulares que apontam para a satisfação de uma única necessidade; e sinérgicos pelo modo que satisfazem uma necessidade, estimulam e contribuem para satisfação simultânea de outras (MAX-NEEF, 2012).

Contrariamente ao pensamento de que as necessidades humanas são infinitas, que variam em cada período histórico e que existe uma correspondência direta e única entre necessidade e satisfação da mesma, Max-Neef (2012) afirma que as necessidades humanas fundamentais são as mesmas em todas as culturas e em todos os tempos históricos. O que muda com o tempo e com a cultura é o modo ou os meios usados para que essas necessidades sejam satisfeitas.

O desenvolvimento à escala humana baseia-se em um processo democrático e participativo, o que favorece a vertente comunitária e territorial, distanciando-se do papel paternalista do Estado, favorecendo a construção de políticas públicas que se criam de baixo para cima, sendo mais aderentes com as aspirações reais das pessoas (PEREIRA, 2011).

Compreende-se assim, que toda sociedade humana tem direito de possuir os bens necessários para satisfazer suas necessidades e para isso necessita se organizar, cooperar e solidarizar. Neste sentido, o tema da economia solidária emerge como uma forma de atender a demanda de um novo processo de organização ecossocioeconômica para se tenha uma sociedade mais sustentável.

Economia solidária e tecnologia social

A economia tal como se estabelece atualmente a de mercado privilegia a lógica capitalista. Conforme Santos (2002), este sistema está baseado em três premissas básicas: lucro, individualismo e consumo, ou seja, não é sustentável. Deste modo, de um lado, a revolução tecnológica atingiu o modelo produtivo que possibilita maior lucro e produtividade. Por outro, algumas consequências sociais foram herdadas, como por exemplo, aumento da desigualdade social, desemprego estrutural, etc.

De acordo com Cattani (2003), o modelo de economia capitalista é hegemônico, ou seja, não privilegia a diversidade de formas possíveis de se produzir, comercializar e consumir. Como contraponto, Martins (2000) destaca a importância da implantação de empresas cooperativas criadas e geridas por trabalhadores, integradas por meio de uma rede global de interação, uma vez que nestas, a sobreposição do capital sobre o trabalho estaria superado, ainda que de forma imperfeita. Robert Owen e Charles Fourier, adeptos a uma corrente socialista utópica, propunham um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa) (COSTA, 2007).

Singer (2002) ressalta que para que se tenha uma sociedade mais igualitária, é necessário que a economia seja solidária em sua concepção territorial, inclusive até para ser mais competitivo, o que sugere arranjos produtivos de base comunitária. Para o autor (2003) o conceito de economia solidária possui uma gama de significados que estão em torno da ideia de solidariedade, fazendo desta forma, um contraponto ao individualismo, tão presente na lógica capitalista. Deste modo a economia solidária tem sido apontada como uma alternativa para a redução das desigualdades, criando postos de trabalho, geração de renda e combatendo a pobreza em um processo contínuo de desenvolvimento local, solidário, comunitário, democrático; oposto ao desenvolvimento capitalista.

A economia solidária tem hoje um forte apelo: é uma forma prática de enfrentar a crise do trabalho. De um modo geral, prefeituras, políticos e sindicalistas tem mostrado interesse crescente por empresas autogeridas, cogeridas ou por organizações coletivas e comunitárias. (SINGER, 1998, p. 38).

Segundo Alves (2008) a economia solidária representa um conjunto de práticas voltadas à geração de trabalho e renda, mediante agrupamentos coletivos, onde seus integrantes buscam a melhoria da qualidade de vida, satisfação de necessidades, tais como as apontadas pela Matriz de Necessidades Humanas de Max-Neef (2012).

Neste sentido, Gaiger (2003) destaca que os empreendimentos econômicos solidários abrangem diferentes modalidades de organização, compreendidas por meio da livre

associação de trabalhadores, organizado mediante associações ou cooperativas. Ainda segundo Gaiger (2011), a ideia de solidariedade visa envolver os membros socializando os meios e recursos produtivos por meio da adoção de princípios de equidade, o que se chama da socialização dos meios de produção.

No Brasil, a economia solidária passa a figurar com maior importância a partir da década de 1990. Para Gaiger (2013), alguns fatores foram decisivos no processo de implantação e consolidação das práticas de economia solidária, entre elas, a formação de lideranças genuínas que valorizam a atividade e ajudam a fortalecer através de lutas sociais, e o envolvimento de estruturas semicoletivas e familiares. O autor ressalta que a economia solidária não se opõe necessariamente às práticas capitalistas, e sim, às consequências destas em relação à classe trabalhadora.

Para o autor (2013) o campo da economia solidária atualmente no Brasil, originalmente introduzido por imigrantes europeus no final do século XIX, constitui-se em quatro campos principais: 1) empreendimentos solidários que compreendem atividades econômicas de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo; 2) organizações civis, tais como ONGs, universidades, entidades sindicais, organismos da pastoral social; 3) órgãos de representação e articulação política, representados por movimentos sindicais, incubadoras, gestores públicos, entidades de crédito solidário, etc.; 4) organismos estatais que promovem programas públicos de economia solidária. Toda esta rede é organizada desde 2006 por meio da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Costa (2011) afirma que o potencial de desenvolvimento do território será tanto quanto maior for à proximidade entre as práticas comunitárias e dinâmicas de inovação em economia solidária. Neste processo, surge um novo pressuposto, o da tecnologia social, que rompe com o modelo convencional e dominante, ao incluir a centralidade dos atores sociais do campo popular na qualidade de sujeitos produtivos.

Nesta lógica, a expressão tecnologia social surge no Brasil no final da década de 1990, mas torna-se tema protagonista a partir da criação da Rede de Tecnologias Sociais (RTS), em 2004. Seu desafio é promover o desenvolvimento sustentável mediante o uso de tecnologias sociais, entendidas como “produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformações sociais” (BARRETTO e PIAZZALUNGA, 2012, p.1).

Assim, a tecnologia social, no contexto da economia solidária, coloca-se em um paradigma oposto àquele em que a tecnologia está a serviço do mercado, tratando-se de

processos relacionais, produtos, técnicas e metodologias não convencionais realizadas em empreendimentos solidários, para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Neste sentido, desenvolveu-se um estudo de caso a partir de um Arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com), localizado na microbacia do Rio Sagrado, zona rural do município de Morretes, litoral do Paraná, a fim de entender como os processos de economia solidária e o uso de tecnologias sociais podem conduzir a um desenvolvimento à escala humana.

Estudo de caso: Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária de Rio Sagrado

O Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com) de Rio Sagrado encontra-se em parte na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, que é uma Unidade de Conservação Estadual de uso sustentável instituída pelo Decreto Estadual nº 1.234 de 27/03/92, com uma área de 199.596,5 ha. A APA faz parte, ainda, da Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica (ReBIO), sendo esta uma das áreas da floresta atlântica contínuas mais preservadas do Brasil. A bacia hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR), possui extensão de 684,580 km² estando dividida em oito localidades: Canhembora, Brejumirim, Candonga, Rio Sagrado de Cima, Bom Jardim, Pitinga, Sambaqui e Zoador. (MANSUR, et. al. 2013).

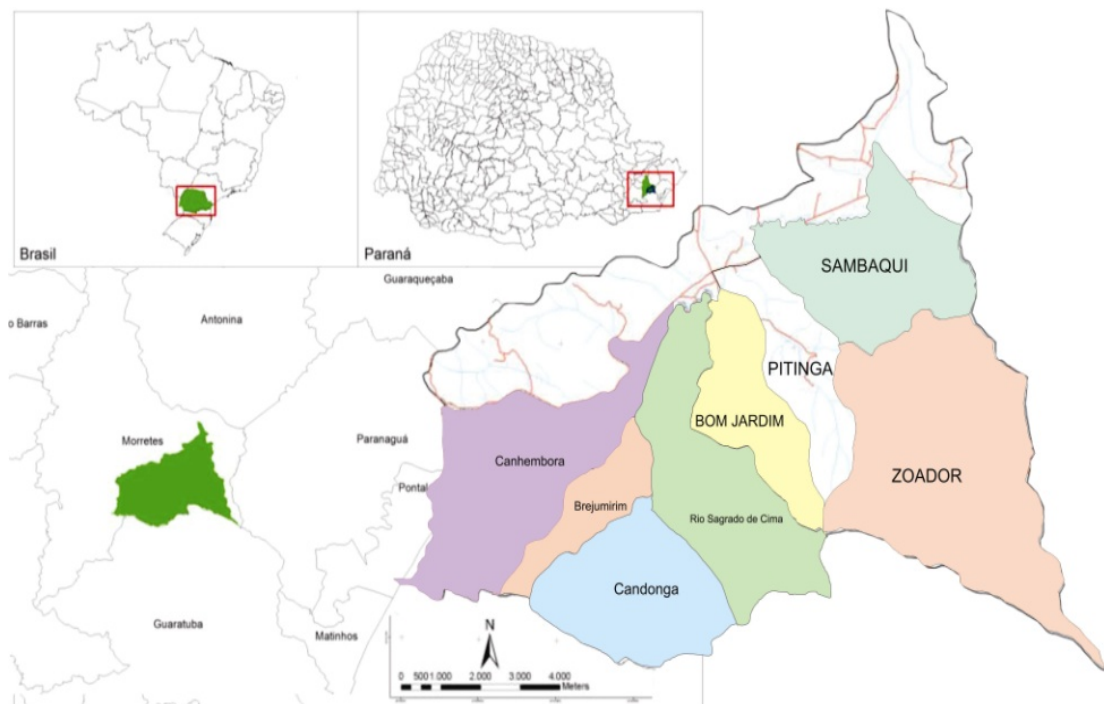


Figura 1. Mapa de localização da Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR) e Mapa de Localização das Comunidades da Microbacia.

Fonte: Adaptado de Feuser (2010); Braguirolli (2010).

Residem na localidade 266 famílias compostas predominantemente por pequenos proprietários rurais que buscam alternativas para atuarem em conformidade com a lei, diante das restrições estabelecidas para a Unidade de Conservação (UC). Possui uma área de grande fragilidade ambiental, o que exige de seus residentes maior circunspeção na sua interação com o meio. No intuito de implantar um desenvolvimento à escala humana na comunidade por meio de cooperação e parceria, foram desenvolvidos programas de pesquisa e extensão por meio de oficinas de identidade e associativismo, projetos de análise socioambiental participativa e realização de curso intensivo pré-vestibular. Desta forma, deu-se início ao processo de sensibilização da comunidade local sobre um processo de prática democrática mais direta e participativa.

Representada pela Associação Comunitária Candonga e Associação dos Moradores do Rio Sagrado (AMORISA), a comunidade aceitou o desafio de se tornar parte da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento na Microbacia do Rio Sagrado, em parceria com a ONG Instituto LAGOE: Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento, Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Entre os desafios desta parceria, destacam-se: fomentar a criação de um arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com); empoderar os membros das associações envolvidas; implantar práticas de economia solidária que potencializam o turismo comunitário e; identificar e intensificar o uso de tecnologias apropriadas (SAMPAIO, ALVES e LENZ, 2010).

Aprendizagem por meio do desenvolvimento de projetos foi uma estratégia particularmente apropriada visando à transformação da realidade local, tendo o membro comunitário como centro das ações. Assim, diversos projetos foram realizados pelos estudantes e membros comunitários em processo de aprendizagem cooperativo e solidário que lhes permitiu tanto aprendizagem sobre estratégias de gestão de projetos como sobre resolução de problemas locais por meio de novas tecnologias sociais. Para Sampaio e Alves (2013), trata-se de uma comunidade que busca mecanismos de adaptação e tentativas de superação de crises econômicas, valendo-se, principalmente, por meio de atividades econômicas baseadas na agricultura familiar e artesanato com fibras naturais.

Como meio de socialização das atividades realizadas pela comunidade, foram criadas formas de interação como vivências e oficinas. As vivências oportunizam a troca de conhecimentos entre produtores locais e visitantes, além de disponibilizar produtos locais para a venda. Processamento de produtos como farinha de mandioca e seus derivados, banana e

suas formas de preparo, confecção de utensílios através do cipó-imbé e da fibra da bananeira repassam ao visitante, informações que vão desde o plantio até colheita e produção, expondo assim as dificuldades encontradas no processo, despertando a consciência para a valorização do produto final que depende em sua maioria, de força física, clima favorável e disposição da matéria-prima na mata, dispondo ainda de pouca mão de obra.

A farinha de mandioca é produzida artesanalmente em engenho antigo, de aproximadamente 150 anos e sua comercialização ocorre na própria comunidade. O cipó-imbé e a fibra de bananeira são manuseados na residência dos artesãos, onde os visitantes podem participar do preparo do material e de diversos artigos.

Agricultores associados utilizam a estrutura da Cozinha Comunitária para agroindustrialização de frutas e verduras (compotas e conservas), além de sucos, sorvetes, balas e chips de banana e mandioca. Da mesma forma, artesãos locais organizados através da Associação de Artesãos de Morretes (AARTEM) estabelecem parcerias com a Associação Comunitária Candonga, utilizando-se da estrutura de sua sede para exposição e venda dos produtos artesanais, bem como fornecer embalagens para os bens produzidos, mesclando-se em um mesmo item artesanato e produto agroindustrializado (SAMPAIO e ALVES, 2013). Segundo os autores, a Hospedaria e Espaço de Convivialidade Montanha Beija-flor Dourado oportuniza a comercialização dos produtos da Cozinha Comunitária bem como de artesãos locais, atuando como agente divulgador dos atrativos da localidade, especialmente dos socioempreendimentos articulados no APL. Com.

Acontece ainda na localidade, o Encontro Comunitário de Trocas do Rio Sagrado, que teve início em 2007, na sede da Associação dos Moradores do Rio Sagrado (AMORISA). Na oportunidade são realizadas trocas de bens, serviços e saberes em geral, tais como artesanato, roupas, bijuterias, livros, alimentos, entre outros que se encontra em desuso.

Trabalhos de campo desenvolvidos entre os anos de 2006 a 2014 demonstram que processos de economia solidária como este se desenvolvem na região, resultam de uma ação coletiva intencional, composta por atores locais, no qual se compartilham modos de vida, com intenção de estabelecer arranjos institucionais e produtivos, regulando práticas sociais. De acordo com Zechner, Alves e Sampaio (2008), atividades realizadas junto à comunidade da Microbacia do Rio Sagrado incluem ainda, o fortalecimento das lideranças comunitárias, que participam dos processos de tomada de decisão coletiva no âmbito comunitário.

Conclusões

Diante do exposto, pode-se compreender que a economia solidária por meio de tecnologias sociais pressupõe um processo de desenvolvimento, com construção interativa entre os atores comunitários, cujas relações sociais, econômicas, políticas e institucionais, e a busca de soluções para seus próprios problemas devem ser pensados a partir de seu próprio território. Nessa dinâmica, as tomadas de decisões ocorrem em um processo horizontal e participativo, superando os padrões impostos por modelo de desenvolvimento hegemônico, rumo a uma economia mais justa solidária e sustentável, tal como sugere o desenvolvimento à escala humana.

Processos de economia solidária, como os que ocorrem no Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com) do Rio Sagrado, que utilizam tecnologias sociais, contribuem para minimizar as contradições existentes na dinâmica econômica expressa na relação produção, comercialização e consumo. Ao mesmo tempo, fortalecem as interações possíveis entre as iniciativas individual e coletiva, abrindo espaços emancipatórios, possibilitando a ecossocioeconomia.

Em síntese, pode-se dizer que a economia solidária é uma forma de organização social e econômica centrada nos princípios da valorização do trabalho coletivo, autogestão e sustentabilidade socioambiental. Sua motivação é contribuir com o desenvolvimento territorial a fim de fortalecer uma economia a serviço da vida rumo a um desenvolvimento à escala humana.

Referências

ALVES, F. K. 2008. *Arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com): um projeto piloto na comunidade do entorno da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes, PR)*. Dissertação de Mestrado em Administração da Universidade Regional de Blumenau.

BARRETTO, S.; PIAZZALUNGA, R. 2012. *Tecnologias sociais*. Ciência e Cultura. vol.64 n. 4. São Paulo. Oct./Dec. Disponível: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252012000400002&script=sci_arttext. [Acesso: novembro de 2014].

BRAGHIROLI, G. 2010. *Análise dos fatores físico-naturais da comunidade Brejumirim, Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado*. Relatório Final de Iniciação científica. Blumenau: FURB.

BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. 1998. *Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. Petrópolis: Vozes.

CATTANI, A. D. 2003. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz-

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. 1988. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CORIOLOANO, L. N. M. T. 2000. O desenvolvimento na escala humana. *Noticias de Antropologia y Arqueología (Naya)* [Online]. Disponível em http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia_Neide_Menezes.htm. [Acesso em Novembro de 2014].

COSTA, P. A. 2011. Sistema local de inovação em economia solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, n. 1, v. 7.

FEUSER, S. 2010. *Análise dos fatores físico-naturais da comunidade Rio Sagrado de Cima, microbacia hidrográfica do Rio Sagrado*. Relatório Final de Iniciação científica. Blumenau: FURB.

FRANCO, A. de. 2000. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?*. Brasília: Millenium.

GAIGER, L. I. 2003. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.

_____. 2011. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *Revista Lua Nova*:

_____. 2013. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [Online]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092013000200013&script=sci_arttext. [Acesso em Novembro de 2014].

MANSUR, de M. S., C. et. al. Dezembro de 2013. *Diagnóstico e construção de indicadores socioambientais participativos: experiências de um Programa de Extensão*. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*. N. 30.

MARTINS, A. (Org). 2000. *O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao)*. São Paulo: CONCRAB, Caderno das Experiências Históricas de Cooperação:

MAX-NEEF, M. A. 2012. *Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores*. Tradução Rede Viva. Blumenau: EdifURB.

MILANEZ, F. 2003. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.

ONU. 1948. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

PINHO, D. B. 1966. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas*. São Paulo: Pioneira.

PEREIRA, V. S. 2011. *Desenvolvimento à escala humana: uma análise de São Tomé das Letras – MG*. Tese de Doutorado. Lavras: UFLA.

SACHS, I. 1995. *El crecimiento económico frente al desarrollo social*. In La Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social. Copenhague: Nações Unidas.

SAMPAIO, C. A. C. 2002. *Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso e comparativo de municípios*. Florianópolis: Bernúncia.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. 2013. Arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com): um projeto piloto na comunidade do entorno da microbacia do Rio Sagrado (Morretes/PR). *Organizações Rurais & Agroindustriais* [Online]. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/Sampaio_Alves_2013_Arranjo-Socioprodutivo-de-Base_10670.pdf. [Acesso em Novembro de 2014].

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; LENZ, T. C. Z. 2010. Encontro comunitário de trocas: um atrativo para o chamado turismo comunitário. Uma experiência solidária na micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná. *Revista Cultur* [Online]. Disponível em http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano4-edicao2/artigo_1.pdf. [Acesso em Novembro de 2014].

SANTOS, B. de S. 2002. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo. Civilização Brasileira.

SINGER, P. 1998. Luz antes do fim do túnel. In: GUIMARÃES, Gonçalo. (org.). Incubadora tecnológica de cooperativas populares. *Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta*. COPPE-UFRJ. Apoio. Rio de Janeiro: FINEP.

_____. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

_____. 2003. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.

ZECHNER, T. C.; ALVES, F. K.; SAMPAIO, C. A. C. 2008. O papel do turismo no arranjo socioprodutivo de base comunitária da micro-bacia do Rio Sagrado. *Dynamis* [Online]. Disponível: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/646> [Acesso em Novembro de 2014].